"Uma leitura marxista das conclusões de Medellín": problemas conceituais-semânticos nas relações Igreja-Estado no Brasil (1970-1971)

Sérgio Ricardo Coutinho [1]

DOI: http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v11i32.44180

Resumo: Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa que iniciamos no ano de 2017 sobre a recepção da IIª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (Colômbia-1968) na sociedade e na Igreja brasileiras. Particularmente sobre uma documentação encontrada no Centro de Documentação e Informação da CNBB (CDI-CNBB) intitulado "Missão da Igreja e transformação da sociedade brasileira". Este Seminário também se debruçou sobre uma série de materiais que circulavam entre os muitos grupos de cristãos católicos e que possuíam uma hermenêutica particular de Medellín como o texto "Exemplo de uma leitura marxista das conclusões de Medellín". O problema conceitual-semântico utilizado por Medellín suscitava as interpretações mais diversas. Estes conceitos procuravam dar conta da nova realidade histórica marcada por muitas rupturas e contestações intensas iniciadas em 1968.
Palavras-Chave: Medellín, História dos Conceitos, Igreja e Estado

"A marxist reading of Medellín Conclusions": conceptual-semantic problems of Church-State relations in Brazil (1970-1971)

Abstract: This article is an unfolding of a research that we began in 2017 about the reception of the Second General Conference of the Latin American Episcopate in Medellín (Colombia-1968) in brazilian society and Church. Particularly the text found at the Documentation and Information Center of the CNBB (CDI-CNBB) entitled "Mission of the Church and transformation of Brazilian society". This Seminar also dealt with a series of materials that circulated among the many groups of Catholic Christians and which had a particular hermeneutic of Medellín like the text "Example of a Marxist reading of Medellín conclusions". The conceptual-semantic problem used by Medellín elicited the most diverse interpretations. These concepts tried to give account of the new historical reality marked by many ruptures and intense contestations initiated in 1968.
Keywords: Medellín, Concepts History, Church and State

[1] Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor de História do Brasil Contemporâneo no Departamento de História das Faculdades Integradas UPIS-DF, e de História da Igreja no Brasil no Instituto São Boaventura (ISB) em Brasília. Email: scoutinho6483@gmail.com.

"Una lectura marxista de las Conclusiones de Medellín": problemas conceptuales-semánticos en las relaciones Iglesia-Estado en Brasil (1970-1971)

Resumen: Este artículo es un desdoblamiento de una investigación que iniciamos en el año 2017 sobre la recepción de la IIª Conferencia General del Episcopado Latinoamericano en Medellín (Colombia-1968) en la sociedad y en la Iglesia brasileñas. En particular, sobre una documentación encontrada en el Centro de Documentación e Información de la CNBB (CDI-CNBB) titulado "Misión de la Iglesia y transformación de la sociedad brasileña". Este Seminario también se centró en una serie de materiales que circulaban entre los muchos grupos de cristianos católicos y que poseían una hermenéutica particular de Medellín como el texto "Ejemplo de una lectura marxista de las conclusiones de Medellín". El problema conceptual-semántico utilizado por Medellín suscitaba las interpretaciones más diversas. Estos conceptos buscaban dar cuenta de la nueva realidad histórica marcada por muchas rupturas y contestaciones intensas iniciadas en 1968.

Palabras clave: Medellín, Historia de los Conceptos, Iglesia y Estado

Recebido em 08/07/2018 - Aprovado em 18/08/2018

Introdução

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa que iniciamos no ano de 2017 cujo primeiro produto foi a elaboração de um texto para o livro "Medellín: memória, profetismo e esperança na América Latina" (SOUZA; SBARDELOTTI, 2018), sobre o impacto da IIª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (Colômbia-1968) na sociedade e na Igreja brasileiras.

Particularmente desejamos aqui fazer um maior aprofundamento de uma documentação encontrada no Centro de Documentação e Informação da CNBB (CDI-CNBB) e que consideramos inédita sob o ponto de vista de uma história da aplicação e recepção dos documentos conclusivos de Medellín pela Igreja no Brasil. O documento se refere ao Seminário de Estudos "Missão da Igreja e transformação da sociedade brasileira".[2] Além de discutir a atuação da Igreja na conjuntura tensa e violenta no início dos anos 1970, o Seminário também se debruçou sobre uma série de materiais que circulavam amplamente entre os muitos grupos de cristãos católicos e que possuíam uma

[2] CDI-CNBB, doc. nº 14821 (05538). *Seminário de Estudos "Missão da Igreja e transformação da sociedade brasileira (aplicação à realidade nacional das Conclusões da 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano – Medellín – Colômbia)"*. RJ: 25 a 29/01/1971, 402 pp. com Anexos. Não temos conhecimento de trabalho histórico-teológico para este período que tenha se debruçado sobre esta documentação. Nem mesmo na densa e importante pesquisa de Maria Carmelita de Freitas. Por isso, estamos diante de um material inédito.

hermenêutica de Medellín que acabava por trazer muitas dificuldades no diálogo com as forças do governo militar e que justificavam as radicalizações nas tomadas de posição. Um destes textos analisados, e que dá título a este artigo, chamava-se: "Exemplo de uma leitura marxista das conclusões de Medellín".

Desejamos aprofundar a leitura deste material porque, após elaborar o artigo e apresentar esta documentação no Simpósio do Centro de Estudos em História da Igreja na América Latina (CEHILA-Brasil), em Belo Horizonte, 2017, nos lembramos da pesquisa elaborada pelo historiador norte-americano Kenneth Serbin intitulado *Diálogos na Sombra*: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura (SERBIN, 2001), sobre as reuniões da chamada Comissão Bipartite, formada por militares-civis e bispos-leigos, para encontrar soluções para o conflito entre Igreja e Estado durante o governo Gen. Médici (1970-1974).

Desta forma, pudemos confrontar as informações de Serbin com a documentação encontrada por nós na CNBB e assim compreender melhor, não só o debate que ali se fazia, mas os desafios políticos postos pelas conclusões de Medellín para o episcopado brasileiro em plenos anos de chumbo.

Além disso, os materiais levantados por Serbin e por nós também serão confrontados com uma documentação produzida fora dessas duas esferas (Governo militar e Igreja). O documento é um "*memorandum*" produzido pelo Escritório Nacional de Avaliação da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), sob o título "A Deterioração das relações Igreja/Estado no Brasil", de 02 de fevereiro de 1971.

O período que propomos estudar neste artigo é de curtíssimo prazo, que vai da 1ª Reunião da Comissão Bipartite em novembro de 1970, passando pela 2ª Reunião de 09 de janeiro de 1971, o Seminário de Estudos promovido pela CNBB em fins de janeiro de 1971 e o "memorandum" da CIA de fevereiro daquele ano.

As conclusões da Conferência de Medellín formam o pano de fundo, pois foram os documentos produzidos neste importante evento eclesial para a América Latina que foram objeto de reflexão, especialmente no que diz respeito ao problema conceitual-semântico utilizado por Medellín e que suscitava as interpretações mais diversas. Estes conceitos procuravam dar conta da nova realidade histórica marcada por muitas rupturas e contestações intensas iniciadas em 1968.

Assim, seguindo a intuição da História dos Conceitos de Reinhart Koselleck, desejamos, com a documentação que levantamos e num recorte temporal bem circunscrito, apresentar a "relação entre a história das ideias e a história social como um campo de tensões" (CHIGNOLA, 2007, p. 52).

"A Guerra Revolucionária e a Igreja": as reuniões da Comissão Bipartite e o problema do jargão comunista de Medellín (1970 e 1971)

Na primeira reunião da Comissão Bipartite, em 03 de novembro de 1970, organizada pelo General Carlos Muricy (católico devoto, amigo de vários bispos, membro da Escola Superior de Guerra e chefe do Estado Maior do Exército) e pelo leigo católico Prof. Cândido Mendes de Almeida (irmão de D. Luciano Mendes de Almeida, fundou o Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro – IUPERJ, tendo sido membro da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz), este fez a primeira conferência concentrando-se em apresentar Medellín e sua concordância com o conceito de "desenvolvimento".

Para isso, segundo Serbin, distribuiu dois documentos: "Princípios fundamentais do documento de Medellín sobre o desenvolvimento" e "Perspectivas para o diálogo entre Igreja e Estado no relance do desenvolvimento". Candido Mendes acreditava que a cruz e a espada deveriam colaborar pelo benefício do Brasil. Foi tão enfático que Dantas Barreto, funcionário do Ministério da Justiça e membro do grupo dos militares da Bipartite, o acusou de ignorar "o regime de separação entre a Igreja e o Estado no Brasil". Não havia nenhuma concordata canônica. Mas havia o desejo de se manter uma concordata moral (SERBIN, 2001, p. 241).

Intelectual reconhecido por sua militância católica, defendeu "uma visão cristã do desenvolvimento". O subdesenvolvimento era, naquele momento histórico, "uma obrigatória preocupação da Igreja e um dever específico de ação do seu magistério e testemunho (...)". A Igreja deveria estudar "as inter-relações [*sic*] que explicam o subdesenvolvimento como um fator social total".

Em função disso, Cândido Mendes chamou a atenção para o papel que as Ciências Sociais, e acrescentaríamos aqui também a História, passavam a assumir tanto no pensamento social católico quanto na estratégia pastoral. A Igreja teria entrado numa nova fase, mais concreta, dizia ele: "Há a falar (...) num mandamento novo, de participação da Igreja na análise da realidade sócio-econômica que se encontra à sua volta e, nela, no recurso cada vez mais exigente e atualizado de **arsenal de categorias** que lhe emprestem as várias Ciências Sociais" (SERBIN, 2001, p. 243; os grifos são nossos).

Desta forma, se chegava a um primeiro problema conceitual-semântico: como diferenciar "justiça social" e "subversão"? "Justiça Social" era entendida pelos setores eclesiásticos como "promoção humana", conceito este desenvolvido na recém-publicada Encíclica Social do papa Paulo VI em 1967: a *Populorum Progressio*. Este conceito também era entendido como "desenvolvimento econômico" e "participação política". Assim, em um único conceito – "promoção humana" – estavam incluídas as dimensões social, econômica e política para a superação do "subdesenvolvimento".

Cândido Mendes afirmava que a batalha contra a subversão levara a "uma interpretação errônea" dos esforços da Igreja na promoção humana.

Após sua exposição, vieram as críticas do grupo civil-militar. Dantas Barreto, funcionário do Ministério da Justiça, teceu suas considerações a partir de uma noção antiquíssima oriunda da teologia política medieval: a teoria das "Duas Espadas". O documento de Cândido Mendes, segundo ele, dava "muita ênfase no campo econômico. Deveria ter sido focalizado em termos de evangelização". E acrescentou:

> Equívocos e mal-entendidos se devem, na sua quase totalidade, a incursões indevidas de homens da Igreja no domínio temporal, próprio do Estado. [...] O Governo da Revolução jamais interferiu, nem pretende interferir, no campo específico do espiritual, de inteira competência da Igreja (*apud* SERBIN, 2001, p. 249).

Percebemos aqui um total desconhecimento por parte dos membros civil-militar da Bipartite, de importantes documentos da Igreja pós-conciliar (Vaticano II), como *Gaudium et Spes* e *Populorum Progressio*, que defendiam um "diálogo" da Igreja com a sociedade.

Assim, por parte do dos representantes do governo civil-militar a principal preocupação era com a subversão da ordem política e socioeconômica. Para este grupo, apesar da posição da Igreja contrária ao comunismo,[3] acreditava-se que a ela tinha pouca compreensão da chamada "guerra revolucionária" e dos métodos utilizados pelo "Movimento Comunista Internacional" (MCI).

Por isso, a 2ª reunião da Bipartite, em janeiro de 1971, o General Paula Couto[4] apresentou um estudo intitulado "A Guerra Revolucionária e a Igreja, à luz dos documentos de Medellín". O problema central do seu texto estava no uso, pelo documento de Medellín, dos conceitos análogos aos da "guerra revolucionária", podendo assim fornecer "precioso auxílio à causa comunista". O primeiro conceito identificado era o de "nacionalismo". Este era uma das muitas ideologias intermediárias usadas pelos comunistas para infiltrar-se na Igreja e em outros grupos.

Medellín jogava com o sentimento nacionalista ao denunciar a "dependência" da América Latina como produtora de bens primários para o Primeiro Mundo. Ao condenar

[3] Também havia um problema conceitual-semântico aqui: ser "contra o comunismo" é o mesmo de ser "anticomunista"?

[4] Chefe da seção de guerra psicológica do Estado Maior do Exército – EME.

o "imperialismo internacional do dinheiro", atacava os EUA sem reconhecer a liderança desse país sobre o "mundo ocidental e cristão".

Um segundo conceito preocupante: o de "libertação". Dizia o Ge. Paula Couto que a luta da América Latina por "libertação" refletia as próprias orientações de Josef Stalin para o MCI, ao ressaltar as contradições entre nações ricas e pobres e, ao final, leva-las a rejeitarem os EUA e se voltarem à Moscou.

Além disso, o documento de Medellín, ainda segundo ele, deixava de expressar o pedido por mudanças estruturais em termos democráticos. Para ele, os bispos defendiam a formação de sindicatos e grupos jovens (ou "organizações de base") sem se darem conta de que tais organizações eram o alvo principal dos comunistas. Na sua perspectiva "O documento de Medellín, favorecendo a oposição entre as diversas classes, pode prestar-se, de forma excelente, ao trabalho comunista de inocular o ódio entre elas, ódio que segundo eles, constitui uma alavanca mais poderosa que o amor" (*apud* SERBIN, 2001, p. 251).

Incluía também, neste mesmo rol, os documentos do Concílio Vaticano II:

> Os documentos doutrinários da Igreja pós-conciliar são também pródigos na exarcebação das mesmas "contradições internas" e na condenação do capitalismo sem manifestar a preocupação, que parece essencial, em diferençar a sua atitude e as suas intenções daquelas que marcam a ação revolucionária comunista (apud SERBIN, 2001, p 251).

O Gen. Paula Couto criticou ainda o "uso do jargão comunista" pelo documento de Medellín como os termos "opressão", "imperialismo", "burguesia", "ação de massa" e "libertação".

Fazendo um levantamento quantitativo do uso destes termos no documento de Medellín, encontramos o seguinte: 07 vezes "opressão", 3 vezes "imperialismo", 4 vezes "burguesia" (incluindo "burguês" e "burguesa"), 11 vezes "ação de massa" (ou somente "massa") e 24 vezes "libertação" (incluindo "libertar" e "libertadora").

No debate que se seguiu, Dom Avelar Brandão, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, admitiu que havia "termos equívocos no documento de Medellín, o que seria de esperar, pois **vivemos numa sociedade em transformação, que fala uma linguagem ambígua**" (*apud* SERBIN, 2001, p. 252, os grifos são nossos). Mas ele defendeu o texto final da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano:

> A teologia que inspirou o documento de Medellín é humanística e defende o homem integral. O documento é um apelo para uma tomada de consciência urgente com vistas à solução de problemas. O texto é temperado, dentro do contexto atual do mundo. Ele não admite a violência [...]. Interpretá-lo como convite à violência é um erro, que não coincide com a interpretação oficial do documento (*apud* SERBIN, 2001, p. 252).

Medellín e o "problema de epistemologia eclesiástica" da CNBB

Após estas duas reuniões da Comissão Bipartite, no final do mês de janeiro de 1971, se realizava o Seminário de Estudos promovido pela CNBB. Este não tinha sido pensado para os bispos se prepararem para as reuniões da Bipartite. O Seminário já estava previsto em vista da preparação de um novo Plano de Pastoral de Conjunto (PPC).

A CNBB estava atônita e perplexa com todos os acontecimentos de 1968, 1969 e 1970. Chegava-se ao fim o 1º Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) (1966-1970)[5] e não se sabia muito bem que passos seguir diante de uma conjuntura radicalizada aos extremos. A causa desta estranheza era a dificuldade de se encontrar com a "história", com a "historicidade" de todas as coisas, com as "acelerações" das mudanças sociais que não seguiam mais os mesmos ritmos de tempos anteriores. O dilema era: aceitar o "status quo" ou encarar de frente o "fenômeno da mudança social"? Como ser "Igreja" e agir como "Igreja" naquela situação?

Por isso, a Comissão Central da CNBB, ainda em 1970, resolveu promover um encontro com pessoas com "nível intelectual bastante elevado" para que pudessem oferecer aos bispos "uma interpretação mais precisa do que se fez em Medellín". Desejavam "uma interpretação mais precisa do que se fez em Medellín". Do ponto de vista interno da Igreja, havia problemas com o texto sobre a Catequese. Do ponto de vista das relações com o mundo, os temas sobre Justiça, Paz e Evangelização também eram problemáticos.

Assim, em janeiro de 1971, no Rio de Janeiro, numa reunião reservada e com a participação de poucas pessoas (ao todo 28: 09 bispos, 11 padres e 08 leigos),[6] a CNBB

[5] O 1º PPC foi aprovado na VII Assembleia da CNBB (15/11/1965) durante a última sessão do Concílio Vaticano II, sendo fixada a data de 1º de janeiro de 1966 para sua entrada em vigor.

[6] *Bispos:* D. Vicente Scherer (presidente CNBB); D. Aloísio Lorscheider (secr.-geral CNBB); D. Avelar Brandão (pres. CELAM); D. Candido Padin (pres. Depto. Educação CELAM); D. Eugênio Sales (pres. Depto. Ação Social CELAM); D. Paulo Evaristo Arns (Arcebispo de São Paulo); D. Helder Camara (Arcebispo de Olinda-Recife); D. Ivo Lorscheiter (secr. Teologia CNBB) e D. Luis

organizou o Seminário de Estudos "Missão da Igreja e transformação da sociedade brasileira".

Na abertura do evento, o presidente da CNBB, o conservador arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, afirmava que os documentos de Medellín tinham se convertido "em pomo de discórdia e em sinal de contradição", pois vinham sendo feitas leituras reducionistas, precipitadas e com enfoque exclusivamente sociológico sobre os problemas socioeconômicos: "a promoção humana [...] virá como efeito e exigência de conversão e mudança interior dos corações". Um exemplo desta leitura precipitada foi a que fizeram diversos teólogos em um simpósio ocorrido em Bogotá, em março de 1970, intitulado "Teología de la Liberación", onde todas as conferências seguiam uma mesma linha que interpretavam "libertação" enquanto exclusiva libertação dos sofrimentos, dos males físicos e sociais. "Mas", conclui D. Vicente Scherer com sua visão eclesiológica, "tal esforço não é objeto direto e primário de nossa ação especificamente cristã e eclesial ou salvadora, e não foi para a solução desta ordem de necessidades que o Verbo se fez carne e fundou sua Igreja". (CDI-CNBB, 1971, p. 2)

Para o coordenador do evento, Pe. Virgílio Rosa Netto,[7] o aspecto polêmico dos textos se referia mais ao campo político, pois os documentos de Medellín expressavam "uma nova modalidade de enfrentar a situação, de modificar a situação", ou seja, a dificuldade de se compreender o "fenômeno da mudança social". Por isso, era necessária alguma forma de "teoria da História" e, também, de uma "teologia da História".

Em sua exposição, o mesmo Pe. Virgílio Rosa Netto percebia que havia nos textos de Medellín um "problema de linguagem". Ela apresentava os dados da realidade (às vezes de uma forma banal) e conduzia para um engajamento mais concreto na história, mas não trazia os instrumentos teóricos para isso. Se no passado a Igreja estava bem-dotada, segundo ele, de instrumentos categóricos para falar de "direito natural" ou da "ordem do bem comum", ou seja, categorias metafísicas e da neoescolástica, naquele momento, diante dos textos de Medellín, parecia que lhe faltava "alguma filosofia". Dizia ele: "a gente não encontra quase referência a uma interpretação do que seja um processo histórico, do que seja um processo dialético. [...] Todas essas noções aparecem [...], mas

Fernandes (Bispo-auxiliar de Vitória). *Padres:* Cirilo Gomes (RJ); Fernando Bastos Avila (RJ); Henrique Lima Vaz (BH); Hugo de Vasconcelos Paiva (RJ); Jospe Marins (Salvador); José Vasconcelos (RJ), Joseph Romer (Salvador); Marcelo Azevedo (BH); Virgílio Rosa Netto (RJ); Mascarenhas Roxo (SP) e Leonardo Boff (Petrópolis). *Leigos e leigas:* Arno Schilling (Porto Alegre); Cândido Mendes de Almeida (RJ); Antonio Dias Leite (RJ); José Francisco (Contag); Luis Arrobas Martins (SP); Madre Maria Luiza Ribeiro de Oliveira (BH); Maria de Lourdes Santos (Salvador) e Oto Guerra (Natal).

[7] Secretário de Pastoral da CNBB e primeiro presidente do Instituto Nacional de Pastoral (INP).

sem uma consciência, sem uma percepção nítida do seu alcance" (CDI-CNBB, 1971, p. 74).

Essa exposição é muito interessante porque procura desenvolver, a seu modo, uma espécie de teoria da mudança social a partir do olhar da Igreja. É um posicionamento diferente daquele assumido por Cândido Mendes no Seminário e que era a mesma que tinha defendido na 1ª reunião da Bipartite: o conceito-chave de Medellín era mesmo "desenvolvimento". Como enfatizava, era "a placenta do real" que Medellín colocava. Além deste conceito, havia outro que se combinava muito bem e que se encontrava na Encíclica *Populorum Progressio*: o conceito de "promoção".

Para Cândido Mendes, "desenvolvimento" e "promoção" eram os conceitos centrais de Medellín e conceitos plenamente aceitáveis para o diálogo da Igreja com o Estado e até mesmo da relação entre a Igreja e o mundo contemporâneo (CDI-CNBB, 1971, p. 66). Na sua interpretação, os textos de Medellín já traziam uma "doutrina social cristã do desenvolvimento" amadurecida. E os princípios que caracterizavam esta doutrina geral eram: 1º) um princípio de que o *status quo* de fato envolvia ou induzia à uma **marginalidade social** ("A não posição do *status quo* é bastante claramente expressa dentro de Medellín em termos de desenvolvimento"); 2º) A defesa da **sincronia** das mudanças sociais, ocorridas em todos os patamares dessa mesma realidade; 3º) A necessidade da **aceleração da mudança** a partir de mecanismos de conscientização ("há que acelerar o desenvolvimento através da tarefa de conscientização"); e 4º) princípio de **transformações** globais, audazes, urgentes e profundamente **renovadoras**.

Cândido Mendes defendia também a necessidade de se conjugar os princípios da "marginalidade", da "sincronia" e da "aceleração do desenvolvimento", mas que havia um princípio que parecia muito importante: de que a mudança é intrinsicamente constitutiva da legítima definição de ordem social. Vistos desta forma, estes princípios poderiam permitir fazer uma leitura da realidade e favorecer uma ação pastoral da Igreja a partir da formulação de uma doutrina integrada, ampla e coerente do desenvolvimento que estava presente em Medellín. (CDI-CNBB, 1971, p. 377)

Pe. Virgílio Netto seguia um caminho de uma maior teorização e teologização para compreender a relação Igreja-mundo e Igreja-história. A novidade que ele verificava era o modo como a Igreja deveria preocupar-se com a sociedade, totalmente fora do antigo esquema de Cristandade ou de "Concordata moral". A preocupação da Igreja "com o movimento histórico da sociedade" estaria ainda nos seus primeiros passos e haveria, por parte dela, "algumas hesitações e muitas incertezas" naquele momento.

Uma dessas hesitações, segundo ele e em vista de um maior engajamento na realidade concreta da história, era o problema de se saber ler a conjuntura. Tratava-se "não de descobrir princípios abstratos, mas de iluminar a conjuntura". Portanto, era

preciso conhecer esta conjuntura. "E como conhece a Igreja esta conjuntura?", perguntava. Havia, no seu ponto de vista, "um problema de epistemologia eclesiástica". "Como ela [Igreja] conhece a sua situação relacional sacramental com a realidade social?". Tudo isso não estava muito claro e, por isso mesmo, a imprecisão das formulações conceituais-semânticas (CDI-CNBB, 1971, p. 74-77).

Para problematizar ainda mais a questão, Pe. Virgílio apresentou alguns textos que circulavam amplamente entre os muitos grupos de cristãos católicos e que possuíam uma hermenêutica de Medellín que acabava por trazer muitas dificuldades no diálogo com as forças do governo militar e que justificavam as radicalizações de posição. Todos eles, ao seu modo, buscavam e exigiam que a Igreja apoiasse o "projeto de sociedade" que defendiam e que estimulasse os cristãos para entrarem na "militância política".

Um destes textos se intitulava: "Exemplo de uma leitura marxista das conclusões de Medellín". Este documento estava amplamente divulgado no país tanto entre os grupos de uma "Igreja engajada" como entre os grupos de militância não-cristã. O texto tentava operacionalizar, a partir dos textos de Medellín, um "compromisso real de transformação". Na visão do Pe. Virgílio Rosa Netto, neste documento "os textos de Medellín são respostas a quase a um catecismo marxista".

O que o momento histórico pedia à Igreja, segundo Rosa Netto, era que ela assumisse sua "responsabilidade sacramental". O mais importante parecia ser a descoberta de que a posição própria da Igreja "seria de não ter um projeto concreto, pronto, elaborado, mas de ser solidária com os homens, na busca de soluções verdadeiramente humanizantes". Ou seja, para Pe. Rosa Netto, Medellín não teorizava a relação Igreja-mundo ou Igreja-transformação da sociedade, mas assumia uma posição prática a partir de uma "tomada de consciência de ser Igreja", enquanto

> ser sinal, de ser presença de uma realidade salvífica do mistério do homem, do mistério da história, considerado em Cristo, a libertação em Cristo do homem, mas esta memória do Cristo, essa memória do seu ministério que constitui sob o conteúdo do existir da Igreja para os outros, ela não apenas é um relembrar, um sinalizar o passado, um fato histórico passado, mas sobretudo ter consciência de que este fato é um fato definitivo, é o futuro definitivo da humanidade, é o sentido da história mas não ficaria assim um vazio do presente (CDI-CNBB, 1971, p. 78).

A tomada de consciência, segundo ele, era "uma encarnação deste mistério no presente". Por isso, não havia "uma outra história da Igreja senão aquela de que ela convive com a humanidade". O risco que se corria, para ele, era a "de uma atitude de desencarnação o que a tornaria [a Igreja] não mais sacramento de nenhuma realidade. Fugir da história, seria não ser mais sacramento de nada, não tem sentido". Ou correr um outro risco: "de se imergir no presente, mas absolutizando o presente e perdendo a relação mais fundamental que ela tem em Cristo com Deus e com a plenitude da história" (CDI-CNBB, 1971, p. 79).

A preocupação dos EUA com as relações Igreja-Estado no Brasil e a rejeição de Medellín por bispos latino-americanos

No início de fevereiro de 1971, a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) produzia um "memorandum" secreto muito preocupada com a "deterioração das relações Igreja/Estado no Brasil" e que poderia "ter grande impacto ao longo prazo no desenvolvimento do Brasil".[8]

O memorando chama a atenção para a prisão de dois padres, e que tinham sofrido tortura, no final do ano de 1970. Provavelmente as prisões se referiam a dos padres que atuavam no interior do Maranhão, em agosto de 1970, José Antônio Magalhães Monteiro e Xavier Gilles de Mapeau, respectivamente párocos em Urbano Santos e São Benedito do Rio Preto. Além disso, comenta também a invasão do IBRADES.[9]

[8] Central Inteligency Agency (CIA). *The Deterioration of Church/State Relations in Brazil*. Memorandum Secret, 2 february 1971. Document Number (FOIA)/ESDN (CREST): CIA-RDP79R00967A000300020011-5.

[9] Os conflitos entre Igreja e Estado envolviam em sua maior parte apenas padres e religiosos de pouca expressão nacional. No entanto, em setembro de 1970 estas tensões chegaram à um ponto alto quando um bispo de expressão nacional foi preso e foi justamente o Secretário-Geral da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider. Mais uma vez envolvia integrantes da Juventude Operária Católica (JOC). A JOC, iniciada no Brasil em 1947, tornou-se um dos alvos principais da repressão do regime militar, por sua liderança junto aos movimentos populares, sua crítica radical ao regime e seu compromisso com o socialismo. "Padres conhecidos como 'assistentes eclesiásticos' organizavam e aconselhavam o movimento." (Serbin, 2001, p. 189). A polícia organizou um ataque, invadiu o prédio e deteve, inclusive, moradores do morro onde ficava situada a JOC. Durante a invasão, agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) invadiram também o IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), que era dirigido por jesuítas que treinavam os jocistas e outros militantes de movimentos populares. Neste ataque, muitos padres e militantes foram presos e torturados. A prisão de Dom Aloísio Lorscheider, que ficou detido e incomunicável por quatro horas, teve grande repercussão, inclusive internacional, sendo o fato noticiado também pela imprensa do Vaticano.

De qualquer forma, o relatório da CIA descrevia a "tomada de consciência de ser Igreja no Brasil":

> Um número crescente de clérigos brasileiros, muitos dos quais estrangeiros, criticaram o governo por várias razões. Aqueles no nordeste rural tendem a culpar o regime por não dedicar mais recursos para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores atingidos pela pobreza. Muitos exigem reforma agrária, educação básica para os camponeses em grande parte analfabetos e o estabelecimento de sindicatos rurais. Alguns párocos tentaram organizar trabalhadores rurais por conta própria. O arcebispo Hélder Camara, o mais célebre eclesiástico de esquerda do país e a principal força por trás do "Movimento do Terceiro Mundo", pediu uma reforma social pacífica ao longo das linhas não-capitalistas. Ele também ficou um bom tempo na Europa criticando o governo brasileiro por torturar prisioneiros e violar os direitos humanos. Sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz foi um golpe para o regime de Médici. Alguns clérigos chegaram a ponto de se associarem às operações terroristas do falecido Carlos Marighella. Outros fizeram suas igrejas ou mosteiros disponíveis, como capelas ou salas de reuniões, para estudantes e subversivos radicais. Embora o número total de clérigos envolvidos no ativismo desse tipo continue pequeno, o governo é particularmente sensível às suas atividades (CIA, 1971, nº 3).

Por isso, o documento da CIA apresentava uma preocupação que seria justamente com aquilo que o Pe. Virgílio Rosa Netto enfatizava no Seminário da CNBB: "muitas lideranças da Igreja tentarão torná-la mais um instrumento para a mudança social". E alertava: "alguns dos clérigos mais jovens e mais militantes provavelmente se sentirão forte o suficiente para se unirem a estudantes radicais em vários tipos de tramas subversivas" (CIA, 1971, nº 8).

A CIA constatava que a Igreja poderia ter perdido, ao longo dos anos, influência como uma instituição religiosa, mas ela complementava o serviço governamental provendo as únicas instalações médicas em muitas áreas, administrando escolas em todos os níveis, organizando capacitações para alfabetização e atraindo uma grande audiência

para seus programas radiofônicos de educação de adultos. E concluía de forma categórica: "Em algumas áreas, a Igreja é mais visível que o Estado" (...). "Em uma era de censura e cassações, os líderes da Igreja são as únicas figuras públicas que o governo acha difícil de amordaçar" (CIA, 1971, nº 9 e 10).

Apesar disso tudo, em julho de 1971 os presidentes das Comissões Episcopais de Ação Social da Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM), reunidos em Itapoã (Bahia, Brasil), produziram um documento "reservado", intitulado "Conclusões da reunião de presidentes de Comissões Episcopais de Ação Social do Celam", fruto da desconfiança que o Documento de Medellín provocou em vários países.

Os bispos queriam "verificar o que havia de errado no documento conclusivo e procurar introduzir as correções que se fizessem necessárias para superar o clima que se criou em torno do mesmo" (*apud* SERBIN, 2001, p. 259). Além disso, buscavam moderar o clero progressista e os objetivos radicais de Medellín, ao defenderem uma abordagem pastoral mais tradicional. Ou seja, defendiam uma prática pastoral "de cima para baixo" para moldar a mudança social na América Latina.

Os melhores grupos para atingirem esse objetivo, segundo eles, eram os de elite: universitários, empresários, políticos, oficiais militares e líderes de organizações para os pobres dos meios urbano e rural.

E o ponto talvez mais importante – alertavam os demais bispos do continente – era sobre "o fato e o perigo reais que existem de infiltração de ideologias marxistas nos quadros mais dinâmicos da Ação Pastoral na maioria de nossos países e pedir aos Bispos para tomarem uma atitude firme e clara à respeito" (*apud* SERBIN, 2001, p. 259).

Considerações finais

Koselleck (2006) é o responsável pelo entendimento da correlação de interesses e atribuições entre história dos conceitos e história social. Para ele, a história dos conceitos indica um caminho tão expressivo para a história social, que este (os conceitos) ganha importância no horizonte político das questões histórico-sociais. O estudo dos conceitos e seu universo textual, sua exegese, se fazem úteis ao historiador mediante suas preocupações com a evolução dos significados e seu eventual desdobramento histórico.

O material documental, deste curtíssimo período que analisamos, produzido quase três anos após o encerramento da Conferência de Medellín, ajuda-nos a afirmar que a sua recepção era rejeitada e olhada com muita desconfiança por boa parte do episcopado brasileiro e latino-americano, mas acolhida de forma entusiástica pelo jovem clero e organizações laicais. Receber Medellín de forma entusiasmada era correr sérios riscos diante da conjuntura política da época.

Os conceitos desenvolvidos pelo Documento de Medellín faziam deste texto, por um lado, um material "subversivo", pela ótica dos militares e dos bispos conservadores, e, por outro lado, o mesmo documento com seus mesmos conceitos, eram vistos como instrumento de "conscientização" e de "libertação" pelos setores progressistas da Igreja.

Passados 50 anos, Medellín continua, mais que nunca, atual e radical para as ações da Igreja na sua relação com o mundo e com a história.

Referências:

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CDI-CNBB). *Seminário de Estudos "Missão da Igreja e transformação da sociedade brasileira (aplicação à realidade nacional das Conclusões da 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano – Medellín – Colômbia)".* RJ: 25 a 29/01/1971. Doc. nº 14821 (05538).

CENTRAL INTELIGENCY AGENCY (CIA). *The Deterioration of Church/State Relations in Brazil*. Memorandum Secret, 2 february 1971. Document Number (FOIA)/ESDN (CREST): CIA-RDP79R00967A000300020011-5.

CHIGNOLA, Sandro. História dos Conceitos e História da Filosofia Política. In: JASMIN, Marcelo e FERES Jr., João (orgs.). *História dos Conceitos* – diálogos transatlânticos. PUC: Rio de Janeiro, 2007, p.45-57.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. A Igreja diante da História – O impacto da Conferência de Medellín na sociedade e na Igreja no Brasil. In: SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson (org.). *Medellín* – memória, profetismo e esperança na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2018, pp. 53-69.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura***.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson (org.). *Medellín* – memória, profetismo e esperança na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2018.